

## DO TRIBUNAL PLENO OU CÂMARA ESPECIAL

### INSTRUÇÃO NORMATIVA

### DETERMINAÇÃO PLENÁRIA

#### INSTRUÇÃO NORMATIVA

Nº 19/2021/TCMPA, de 20 de outubro de 2021.

**EMENTA:** DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17/2021/TCMPA, QUE TRATA DA EMISSÃO DE ALERTAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da Lei Complementar n.º 109, de 27 de dezembro de 2016 e dos artigos 3º e 4º, do Regimento Interno (Ato 23), por intermédio desta Instrução Normativa de cumprimento obrigatório;

**CONSIDERANDO** a competência dos Tribunais de Contas em emitir alertas à gestão, conforme preceitua o art. 59, § 1º, da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF);

**CONSIDERANDO** os artigos 248 a 253 do Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (Ato n.º 23) c/c art. 64, inciso X, da Resolução Administrativa n.º 01/2021/TCMPA.

**CONSIDERANDO**, ainda, a Portaria STN n.º 642, de 20 de setembro de 2019, que estabelece regras para o recebimento e disponibilização dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI;

**CONSIDERANDO**, por fim, a necessidade de aplicação do escopo de acompanhamento da gestão fiscal municipal, com atuação do controle concomitante pelo Tribunal de Contas, normatizado nos termos da Instrução Normativa nº 17/2021/TCMPA, de 25/08/2021.

**Art. 1º.** Fica alterado o *caput* do artigo 2º da Instrução Normativa nº 17/2021/TCMPA, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 2º.** O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, emitirá alertas, na forma do art. 59, § 1º da Lei Complementar n.º 101/2000 e demais disposições constitucionais e legais incidentes aos entes municipais, estabelecidos mediante Ordem Técnica de Serviços, aprovada pelo Tribunal Pleno.

**Art. 2º.** Ficam revogados os incisos I a V, do artigo 2º da Instrução Normativa n.º 17/2021.

**Art. 3º.** Fica integralmente alterado o artigo 7º da Instrução Normativa n.º 17/2021/TCMPA, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 7º.** Para fins de alerta, poderão ser utilizadas informações da base de dados interna do TCMPA ou junto a outras bases de dados públicas disponíveis, dentre as quais, exemplificativamente:

**I - Sistema de Processo Eletrônico (SPE) do TCMPA;**

**II - Portal da Transparência Municipal;**

**III - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI); e**

**IV - Sistema E-contas do TCMPA.**

**§1º.** O levantamento de informações necessárias a emissão dos alertas terá por base as fontes de dados previstas nos incisos I a IV, deste artigo, a partir da consulta dos seguintes documentos/arquivos:

**a) Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO);**

**b) Relatório de Gestão Fiscal (RGF);**

**c) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e**

**d) Arquivo Contábil (E-contas).**

**§2º.** Na ausência de dados previstos no inciso III deste artigo, o Relator notificará o(s) chefe(s) do(s) Poder(es) Executivo e/ou Legislativo para que encaminhe(m) as informações ao SICONFI, sob pena de multa, na forma do art. 698, III, “a”, do Regimento Interno (Ato nº 23).

**Art. 4º.** A presente Instrução Normativa passa a vigorar a partir de sua publicação, com efeitos retroativos à 26/08/2021.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 20 de outubro de 2021.

